

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PRÁTICA: LIMITES E POSSIBILIDADES ENTRE NORMATIZAÇÃO E COTIDIANO ESCOLAR

Uanderson da Silva Lima¹
Kátia Silene Elisiário Fagundes²
Evaneide Cristina Batista Da Silva³
Geilson Alves de Souza⁴

RESUMO

A Educação Inclusiva constitui um princípio central das políticas educacionais brasileiras, orientado pela garantia da participação, da aprendizagem e do desenvolvimento de todos os estudantes, especialmente daqueles que compõem o público-alvo da Educação Especial. Este estudo justifica-se pela persistência de distanciamentos entre os marcos normativos e as práticas pedagógicas inclusivas no cotidiano escolar, evidenciando a necessidade de análises que articulem teoria e prática. Problematisa-se: como os marcos conceituais e normativos da Educação Especial e Inclusiva se materializam nas práticas pedagógicas escolares? Parte-se da hipótese de que a utilização sistemática de instrumentos de planejamento pedagógico individualizado contribui para a efetivação de práticas inclusivas. O estudo tem como objetivo analisar criticamente os marcos conceituais e normativos da Educação Especial e Inclusiva, discutindo sua materialização nas práticas pedagógicas em uma escola municipal de Lucas do Rio Verde – MT. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, fundamentada na análise documental de legislações, políticas educacionais e literatura especializada, articulada a relatos de experiências pedagógicas desenvolvidas em 2025 na Escola Municipal Professor Marcelino Espíndola Dutra. O estudo envolve estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Síndrome de Down e Altas Habilidades/Superdotação, considerando o uso de instrumentos como o Estudo de Caso, o Plano Educacional Individualizado (PEI) e o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE). Os resultados indicam que a utilização desses instrumentos favorece a identificação das potencialidades e necessidades dos estudantes, contribuindo para a elaboração de estratégias pedagógicas mais adequadas. Evidencia-se que adaptações curriculares, o uso de recursos visuais e o acompanhamento interdisciplinar ampliam a participação e o engajamento dos estudantes. Contudo, persistem desafios relacionados à formação docente, às barreiras atitudinais e à articulação entre os profissionais envolvidos. Conclui-se que a efetivação da Educação Inclusiva depende não apenas da existência de marcos legais, mas também de transformações pedagógicas e atitudinais no cotidiano escolar.

¹Mestre em Ensino (PPGEnsino – Univates), professor da Sala de Recurso Multifuncional na Escola Municipal Professor Marcelino Espíndola Dutra, Lucas do Rio Verde – MT, e-mail: uanderson.lima@edu.lucasdorioverde.mt.gov.br, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2377680281936019>.

²Especialista em Psicopedagogia pela Faculdade IBRA de Minas Gerais, é professora da Educação Infantil 5 anos na Escola Municipal Professor Marcelino Espíndola Dutra, Lucas do Rio Verde – MT, e-mail: katia.fagundes@edu.lucasdorioverde.mt.gov.br, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2078935217711850>.

³Especialista em Neuropsicopedagogia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER), professora da Educação Infantil 5 anos na Escola Municipal Professor Marcelino Espíndola Dutra, Lucas do Rio Verde – MT, E-mail: evaneide.cris86@gmail.com.

⁴Especialista em Educação Física e TGD/TEA pela Faculdade dos Vales EAD (FACUVALE), é professor de Educação Física na Escola Municipal Professor Marcelino Espíndola Dutra, Lucas do Rio Verde – MT, e-mail: alvesgeilson407@gmail.com.

Palavras-chave: Plano Educacional Individualizado (PEI). Atendimento Educacional Especializado (AEE). Práticas pedagógicas.

ABSTRACT

Inclusive Education is a central principle of Brazilian educational policies, grounded in ensuring participation, learning, and development for all students, particularly those who are part of the Special Education target group. This study is justified by the persistent gap between normative frameworks and inclusive pedagogical practices in everyday school settings, highlighting the need for analyses that bridge theory and practice. It addresses the following question: how are the conceptual and normative foundations of Special and Inclusive Education translated into school pedagogical practices? The study is based on the hypothesis that the systematic use of individualized pedagogical planning instruments contributes to the effective implementation of inclusive practices. The aim of this study is to critically analyze the conceptual and normative frameworks of Special and Inclusive Education, examining how they are enacted in pedagogical practices within a municipal school in Lucas do Rio Verde, Mato Grosso, Brazil. This is a qualitative study, grounded in documentary analysis of legislation, educational policies, and specialized literature, combined with reports of pedagogical experiences developed in 2025 at Escola Municipal Professor Marcelino Espíndola Dutra. The study involves students with disabilities, Autism Spectrum Disorder (ASD), Down syndrome, and High Abilities/Giftedness, considering the use of instruments such as the Case Study, the Individualized Education Plan (IEP), and the Specialized Educational Service Plan (SESP). The results indicate that these instruments support the identification of students' strengths and needs, contributing to the development of more appropriate pedagogical strategies. Findings also show that curricular adaptations, the use of visual resources, and interdisciplinary support enhance student participation and engagement. However, challenges remain regarding teacher training, attitudinal barriers, and coordination among professionals involved. It is concluded that the effective implementation of Inclusive Education depends not only on the existence of legal frameworks but also on pedagogical and attitudinal transformations in everyday school practices.

Keywords: Individualized Education Plan (IEP). Specialized Educational Services (SES). Pedagogical practices.

INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva configura-se como um princípio estruturante das políticas educacionais brasileiras, orientado pela garantia de acesso, participação, aprendizagem e desenvolvimento de todos os estudantes, especialmente aqueles que compõem o público-alvo da Educação Especial. Nas últimas décadas, avanços significativos no campo legal e teórico têm contribuído para a consolidação de diretrizes que visam transformar os sistemas de ensino em espaços mais equitativos e democráticos. No entanto, quando se desloca o olhar para o cotidiano escolar, percebe-se que a efetivação desses princípios não ocorre de maneira linear.

Persistem lacunas importantes entre o que é preconizado nos marcos normativos e o que se materializa nas práticas pedagógicas. Essa distância revela tensões constantes entre propostas inclusivas e práticas que, muitas vezes, reproduzem dinâmicas de exclusão ou integração superficial de estudantes com deficiência. Nesse cenário, o simples acesso à escola não garante, por si só, aprendizagem significativa nem participação social efetiva.

Diante dessa problemática, este estudo tem como questão central compreender quais mecanismos atitudinais, pedagógicos e institucionais sustentam ou contribuem para superar essa lacuna. Assim, objetiva-se analisar criticamente os fundamentos normativos da Educação Inclusiva e problematizar sua concretização no espaço escolar, considerando especialmente os instrumentos de planejamento pedagógico individualizado e experiências práticas desenvolvidas em contexto escolar.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, baseada em análise documental e relatos de experiências docentes, alinhada à perspectiva de Creswell (2010), que valoriza a compreensão dos fenômenos a partir das vivências dos sujeitos envolvidos. A análise articula teoria, legislação e prática pedagógica, buscando evidenciar os desafios e possibilidades da inclusão no contexto real da escola.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ENTRE CONCEPÇÕES E PRÁTICAS

A Educação Inclusiva pressupõe a construção de práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem as singularidades dos estudantes, promovendo não apenas o acesso, mas condições efetivas de aprendizagem. Para Rosa e Hattge (2020), isso exige a adoção de estratégias que considerem as especificidades físicas, cognitivas e sociais dos indivíduos, favorecendo o desenvolvimento de competências e o engajamento escolar.

Entretanto, um dos principais desafios está na forma como os estudantes são percebidos. Hattge e Schwertner (2020) alertam que, frequentemente, crianças chegam à escola marcadas por rótulos que reduzem sua identidade ao diagnóstico. Essa visão limita as possibilidades pedagógicas e reforça práticas excludentes. Reduzir o estudante à sua condição clínica implica desconsiderar suas potencialidades e experiências, promovendo uma inclusão apenas aparente.

Essa crítica é reforçada por Rosa e Hattge (2020), ao apontarem que a patologização do sujeito contribui para processos de exclusão velada, nos quais o estudante é visto como incapaz de aprender. Nesse sentido, a inclusão exige uma mudança de paradigma: é necessário deslocar o foco da deficiência para as possibilidades de aprendizagem.

Outro ponto central refere-se às barreiras institucionais e atitudinais. Mesmo com avanços legais, ainda há resistência por parte de profissionais da educação, muitas vezes decorrente da falta de formação continuada ou de crenças limitantes sobre a capacidade dos estudantes. Como destacam Rosa e Hattge (2020), não acreditar na própria prática docente compromete diretamente a efetivação da inclusão.

No campo normativo, a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (Brasil, 2025) representa um marco importante ao estabelecer diretrizes mais robustas para o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Entre seus principais instrumentos, destacam-se o Estudo de Caso, o Plano Educacional Individualizado (PEI) e o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), que visam estruturar práticas pedagógicas personalizadas.

O Estudo de Caso permite identificar barreiras, potencialidades e necessidades do estudante, orientando intervenções pedagógicas. Já o PEI configura-se como um instrumento fundamental para adaptação curricular, garantindo estratégias específicas que favoreçam a

aprendizagem. O PAEE, por sua vez, organiza o atendimento no contexto do AEE, articulando ações complementares ao ensino regular.

Esses instrumentos representam um avanço significativo ao deslocar a compreensão da deficiência como limitação individual para uma perspectiva que reconhece as barreiras como construções contextuais e passíveis de superação (BRASIL, 2025).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das práticas desenvolvidas na Escola Municipal Professor Marcelino Espíndola Dutra evidencia tanto avanços quanto desafios na implementação da Educação Inclusiva. Um dos principais resultados refere-se à ampliação do Estudo de Caso, que passou a considerar não apenas aspectos pedagógicos, mas também dimensões sociais, emocionais e interesses dos estudantes.

Essa abordagem ampliada possibilitou uma compreensão mais integral do sujeito, favorecendo a elaboração de PEIs mais coerentes com suas necessidades reais. A inclusão de observações em diferentes ambientes escolares e a articulação com profissionais externos demonstram uma prática alinhada à perspectiva intersetorial da educação.

No entanto, os dados também evidenciam desafios importantes. O exemplo do estudante com TEA mostra que, embora haja avanços na adaptação de estratégias pedagógicas, ainda existem dificuldades na articulação entre diferentes dimensões da aprendizagem. O estudante apresentou bom desempenho na associação visual, mas dificuldades na consciência fonêmica, revelando a complexidade dos processos de aprendizagem.

Esse caso evidencia que o PEI não deve ser entendido como um documento estático, mas como um instrumento dinâmico, que exige constante revisão e adaptação. A identificação de novas necessidades a partir das avaliações demonstra a importância de um planejamento pedagógico contínuo e reflexivo.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de superação de práticas pedagógicas superficiais. Como apontam Hattge e Klaus (2014), muitas experiências de inclusão ainda se limitam à socialização dos estudantes, sem garantir acesso efetivo ao conhecimento. Isso reforça a necessidade de práticas que promovam aprendizagem significativa, por meio de adaptações curriculares e metodologias diversificadas.

Além disso, observa-se que a efetivação da inclusão depende fortemente da postura dos profissionais. A disposição para refletir sobre a própria prática, buscar formação continuada e trabalhar coletivamente são elementos fundamentais para a construção de uma escola inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada evidencia que a Educação Inclusiva, embora amplamente respaldada por marcos legais e teóricos, ainda enfrenta desafios significativos em sua implementação no cotidiano escolar. A distância entre normatização e prática revela a necessidade de investimentos contínuos em formação docente, planejamento pedagógico e mudança de concepções.

Os instrumentos como o Estudo de Caso, o PEI e o PAEE representam avanços importantes, mas sua efetividade depende da forma como são apropriados pelos profissionais da

educação. Mais do que documentos formais, esses instrumentos devem orientar práticas pedagógicas intencionais, centradas nas potencialidades dos estudantes.

A pesquisa também reforça que a inclusão não se concretiza apenas com o acesso à escola, mas com a garantia de condições reais de aprendizagem e participação. Isso exige uma postura ética, política e pedagógica comprometida com a valorização da diversidade.

Por fim, destaca-se que a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva é um processo contínuo, que demanda reflexão, diálogo e ação coletiva. Trata-se de um compromisso que ultrapassa o cumprimento de normas e se inscreve na defesa de uma educação que reconheça e respeite as singularidades de todos os sujeitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025:** Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 out. 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/D12686.htm?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 16 dez. 2025.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativos, quantitativos e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

HATTGE, Morgana Domênica; KLAUS, Viviane. A importância da pedagogia nos processos inclusivos. **Revista Educação Especial**, v. 27, n. 49, p. 327–340, 2014. Doi: <https://doi.org/10.5902/1984686X7641>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/7641/pdf>. Acesso em: 16 dez. 2025.

HATTGE, Morgana Domênica; SCHWERTNER, Suzana Feldens. Estamos preparados? In: HATTGE, Morgana Domênica *et al.* **Inclusão escolar:** um itinerário de formação docente. Lajeado: Univates, 2020.

IMANI, Blair. **Leia isso e aprenda:** sobre raça, classe, gênero, deficiência e muito mais. Rio de Janeiro: Alta Books, 2023.

ROSA, Marino Rodrigues da; HATTGE, Morgana Domênica. A psicologia e a pedagogia implicadas nos processos de inclusão escolar. In: HATTGE, Morgana Domênica *et al.* **Inclusão escolar:** um itinerário de formação docente. Lajeado: Univates, 2020.